

MPs serão teste para nova articulação governista

Ministros políticos vão atuar em conjunto com líderes para votação de medidas que aumentam tributos

GERSON CAMAROTTI

BRASILIA - O governo testará amanhã o funcionamento de sua nova equipe de ministros políticos. A votação do pacote de medidas provisórias para o aumento de tributos, principalmente do Imposto de Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), servirá como primeiro grande teste dos novos articuladores políticos, que passam a trabalhar com os líderes dos partidos aliados no Congresso. "Ministros e líderes estão afinados para essa votação", garante o líder do governo no Congresso, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Apesar de as quatro MPs precisarem apenas de maioria simples para aprovação, ou seja, metade mais um dos votos dos parlamentares presentes, o governo quer fazer uma demonstração de força em sua primeira votação do segundo mandato. Por isso, a nova equipe de articuladores começa hoje um esforço concentrado para pôr em prática as estratégias montadas na semana passada. Uma reunião que deve ocorrer ainda hoje servirá para dividir as tarefas entre os ministros e líderes da base aliada.

No governo, o sucesso na votação é considerado fundamental para indicar ao mercado externo que o País está cumprindo o ajuste fiscal. O pacote de medidas anunciado pelo governo no dia 30 de dezembro foi feito como forma de compensar a perda de R\$ 6,7 bilhões de receitas previstas no Programa de Estabilidade Fiscal (PEF) por causa do atraso na aprovação do aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da rejeição, por parte do Congresso, da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos.

Estratégia

Além dos quatro ministros políticos - Pimenta da Veiga (Comunicações), pelo PSDB, Eli-seu Padilha (Transportes), pelo PMDB, Waldeck Ornêlas (Previdência), pelo PFL, e Francisco Dornelles (Trabalho), pelo PPB -, deverão ajudar na votação do ajuste outros três auxiliares que têm bom trânsito com as bancadas de seus partidos. O ministro José Serra (Saúde) mobilizará os tucanos, enquanto Renan Calheiros (Justiça) e Sar-

SUCESSO É CONSIDERADO FUNDAMENTAL PARA INDICAR AO EXTERIOR QUE PAÍS FARÁ AJUSTE FISCAL



Pimenta da Veiga: primeiro desafio no novo esquema político do Planalto

ney Filho (Meio Ambiente) cuidarão das bancadas do PMDB e do PFL, respectivamente.

Depois de sucessivas derrotas em votações no Congresso, o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu mudar a forma de dialogar com os parlamentares em seu segundo mandato para não correr mais ris-

cos. Na votação de amanhã, será usada a tática acertada na semana passada, que fará parte da estratégia que o governo passará a adotar em todas as deliberações de seu interesse.

Os ministros ficarão responsáveis pela checagem absoluta de três itens antes de cada vota-

ção: a análise do voto antecipado de todos parlamentares, a confirmação da presença no plenário e a mobilização para assegurar ou até mesmo mudar o voto de última hora durante as votações. "A derrota por maioria simples da contribuição dos inativos, em dezembro, serviu de lição", explicou um dos ministros políticos. Outra novidade nessa votação é que todos os ministros da articulação do governo passarão a trabalhar em do-

bradinha com o líder da bancada de seu partido para que possam atender às solicitações dos deputados da bancada.

IOF - Das quatro medidas, a mais importante do ponto de vista do ajuste fiscal é a n.º 1.788. Ela aumenta em 0,38% a alíquota do IOF a partir do dia 24 de janeiro. Essa MP também muda regras do Imposto de Renda da pessoa jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. As empresas vão pagar mais CSLL, pois a partir de abril não mais poderão deduzir como despesa os juros de empréstimos.

Já as remessas de dinheiro para paraísos fiscais passarão a pagar 25% de Imposto de Renda.

Em outra MP, a 1.790, será reduzida a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como estímulo a retomada da produção e do emprego. Também serão votadas a MP 1.791, que cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a MP 1.793, que institui uma taxa sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Essa medida encontra resistência dos parlamentares, já que algumas dessas taxas estão com preços elevados. Para Hauly, a grande vantagem para a aprovação dessas quatro medidas é que elas não receberam emendas, o que acelerará bastante as votações.